

Por LIANA JOHN/AE

CAMPINAS, SP (AE) - O Brasil volta a queimar em ritmo crescente. As queimadas começaram devagar, em junho, dobrando em número durante o mês de julho e indicando uma tendência de aumento para agosto. No auge da estação seca, sem chuvas imprevistas para atrapalhar, os fazendeiros adeptos das queimadas só encontram obstáculo na crise econômica, que os deixa sem capital disponível para o desmatamento de novas áreas.

As queimadas são motivo de preocupação internacional devido a sua contribuição para o efeito estufa. Com a fumaça, sobe para a atmosfera o carbono antes estocado na madeira e nas folhagens, na forma de monóxido e dióxido de carbono, dois dos principais gases do efeito estufa. As queimadas (sobretudo em pastagens) também liberam grandes quantidades de óxidos de nitrogênio, gases secundários na formação de chuva ácida e também importantes para o efeito estufa.

É preciso, porém, fazer uma distinção, nem sempre clara para os leigos: as queimadas efetivamente impactantes são as realizadas em florestas ou cerrados derrubados, quando se queimam árvores, pois os troncos é que armazenam grandes quantidades de carbono, durante os anos de crescimento.

As queimadas realizadas em pastagens, canaviais e lavouras jogam na atmosfera quase a mesma quantidade de carbono retida durante o seu crescimento anual. Ou seja, o balanço anual entre gases emitidos e absorvidos é praticamente zero. Esse tipo de queimada agrícola não teria, então, consequências ambientais globais, mas tem seus impactos locais: o solo fica ressecado e mais sujeito a erosão, o equilíbrio entre os microorganismos é prejudicado e a fauna perde o alimento ou a vida.

O monitoramento de queimadas no Brasil recomeçou em junho e segue até outubro, com base nos dados do satélite americano NOAA. As imagens são processadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, e pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental, NMA, e analisadas pela Ecoforça, com exclusividade para a Agência Estado. Nesta estação seca, as queimadas até agora registradas são predominantemente agrícolas. Elas vêm ocorrendo em áreas já ocupadas - sobretudo onde há pastagens, nativas ou cultivadas, e na zona canavieira de São Paulo - com uma distribuição e números muito semelhantes aos do ano passado, no mesmo período.

Em junho deste ano foram detectados 5.367 pontos de queimada, um número considerado baixo e estatisticamente igual ao de junho de 1991, quando foram registrados 5.687 pontos. De junho para julho, a quantidade de queimadas dobrou, atingindo 13.100 pontos de fogo. O número é inferior ao de julho de 1991, quando foram detectados 17.801 focos.

A distribuição dos focos de fogo pelo território nacional é o maior indicador de que estão sendo queimadas áreas já ocupadas. Como ocorre todos os anos, as maiores concentrações de queimadas se localizam nos estados de Tocantins e Mato Grosso. São regiões de cerrado e floresta de transição (do cerrado para a floresta den-

sa), onde predominam fazendas de gado.

As queimadas aí são usadas como o meio mais barato de renovar capim e reduzir o ataque de algumas pragas, como a cigarrinha e o carrapato. No Mato Grosso, as maiores concentrações estão junto às áreas indígenas de Merure e São Marcos e a Nordeste de Rondônia. Nesta última área há registros de desmatamentos. Em Tocantins, os focos de fogo concentram-se ao longo do rio Araguaia, atingindo inclusive a Ilha do Bananal e áreas próximas ao Parque Nacional do Araguaia.

Também queimaram intensamente, nestes dois meses, as áreas de cana de açúcar do estado de São Paulo. Esta é a época da colheita para produção de álcool carburante e açúcar e as queimadas são legais. O fogo reduz a palha, afugenta animais peçonhentos e facilita o corte manual.

Em algumas fazendas canavieiras de Ribeirão Preto, Campinas e Piracicaba começam a operar máquinas colhedoras, que dispensam o uso do fogo. Mas seu número ainda não é significativo.

A queima de pastagens, proibida em São Paulo, também foi registrada, com as mais altas concentrações de pontos, em junho, no Pontal do Paranapanema. Ali, todos os anos ocorrem incêndios criminosos, em áreas de litígio. A propagação do fogo é mais fácil na região, porque suas matas continentais são mais secas do que a Mata Atlântica do litoral.

Segundo Dácio Matheus, da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo (SMA), neste ano ainda não se registraram grandes incêndios em florestas em todo o Estado. Quase todas as queimadas chegadas ocorreram em áreas abertas e foram controladas. Em conjunto com os bombeiros e a Defesa Civil, a SMA mantém 47 postos de combate ao fogo, em estado de alerta de junho a outubro, cobrindo 400 dos 600 municípios de São Paulo. O estado é o único a checar in loco os pontos de fogo registrados pelo satélite.

Além de São Paulo, Mato Grosso e Tocantins, as maiores concentrações de focos de queimadas foram detectadas no Sul do Pará, área de grandes fazendas; em Goiás, nos cerrados ao Norte e ao Sul de Brasília e na divisa de Goiás com a Bahia, onde há muitas pastagens. Dentre os Estados do Nordeste, o Maranhão e o Piauí revelam as piores condições.

A localização dos focos de fogo no dois estados preocupa: no Maranhão estão sendo queimados os babauais e pastagens nativas da região Nordeste, ecologicamente frágeis. No Piauí, as queimadas concentram-se no alto Parnaíba, o rio mais importante do Estado, ao longo do qual tem se intensificado processos de erosão e assoreamento por falta de cobertura vegetal. As queimadas do Piauí estão, ainda, muito próximas da Estação Ecológica Uruçuí-Una.

Na região de floresta densa da Amazônia, até o final de julho foram detectados poucos focos isolados, em pontos de ocupação tradicional, como as calhas dos rios Madeira e Amazonas, o Sul da Ilha de Marajó e o nordeste do estado do Pará. Os focos que mais preocupam são os localizados na divisa do Estado do Amazonas com Rondônia.